

Participação na proteção de crianças: Teorizando perspectivas infantis

DUNCAN, Mandy. **Participation in child protection: Theorizing children's perspectives**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, 217 p.

Por Amanda Mayhew¹

Tradução: Mariana Menezes Neumann²

Artigo recebido em setembro de 2019.

Artigo aceito em outubro de 2019.

Esta publicação foi lançada em um momento crucial em que há um aumento do número de pesquisas, políticas públicas e práticas voltadas para incrementar significativamente a participação de crianças em ações direcionadas à proteção infantil. A despeito do crescente interesse nessa temática, pesquisas internacionais revelam resultados alarmantes indicando que a participação infantil continua ocorrendo de maneira inadequada (CODY, 2017; CLAASEN & SPIES, 2017; Fylkesnes et al. 2018; GOH & BARUCH, 2018; KRIŽ & ROUNDTREE-SWAIN, 2017), e atrelada a deliberações continuadas acerca de como endereçar a desconexão entre retórica, política e práticas (CLAASEN & SPIES, 2017; COLLINS, 2017; JAMIESON, 2017; MUENCH et al., 2017; NAKER, MANN, & RAJANI, 2007).

Um número significativo de estudos internacionais trata da necessidade de uma mudança de paradigma na conceituação da infância e do *locus* ocupado pelas crianças na sociedade de forma a possibilitar aprimoramentos da participação infantil nos esforços de proteger os seus direitos (HOLT, 2018; MCCAFFERTY, 2017; TISDALL, 2017; VIS et al., 2012). Em consonância com essas diretrizes o livro de Duncan

oferece, por meio da análise de relatos das crianças e de ideologias dominantes, importantes abordagens para compreender por que a participação infantil continua limitada. Duncan teoriza sobre participação infantil a partir de intervenções voltadas para o público infantil de maneira a estabelecer um conhecimento aprofundado com base nos relatos das próprias crianças, além de contribuir para a reconstrução da infância de forma que o seu significado seja reconhecido por elas. A autora especificamente sublinha as limitações da participação infantil no *British Child Protection Systems (CPSs)*³, priorizando as percepções extraídas dos relatos das crianças. Acadêmicos e profissionais de distintas áreas do conhecimento podem se beneficiar dessa abordagem, cuja análise está centrada nas experiências das crianças e no estudo aprofundado da agência infantil, em intervenções com ênfase na proteção da infância.

O livro está dividido em duas partes. Parte 1: Neste capítulo, intitulado *As Perspectivas das Crianças*, a autora oferece uma narrativa aprofundada das experiências das crianças em intervenções voltadas para a proteção infantil no âmbito dos sistemas legais no Reino Unido, por meio de uma revisão sistemática da literatura, enfocando os artigos que consultavam diretamente as crianças. O projeto de pesquisa de Duncan incluiu a realização de uma série de entrevistas semiestruturadas com três jovens.

Parte II: *A Agência de Crianças e as Condições Estruturais de sua Participação em Intervenções de Proteção Infantil*. O capítulo examina os fundamentos teóricos da agência de crianças, as ideologias conflitantes e como essas abordagens podem limitar ou promover a participação em intervenções de proteção infantil, como o argumento do cuidador (proteger a criança de qualquer perigo) versus a perspectiva libertacionista (direitos iguais aos adultos) e as implicações destas abordagens no que tange aos direitos à participação infantil.

Duncan se baseia em distintos exemplos identificados ao longo da revisão da literatura estrangeira e de pesquisas com base em relatos

das crianças, para ressaltar as falhas atuais apresentadas pelo sistema. As conexões estabelecidas entre teoria e as experiências vivenciadas pelas crianças fortalecem o discurso e a pertinência para uma gama variada de disciplinas.

A autora apresenta também uma descrição minuciosa sobre o processo adotado para engajamento de crianças e demonstra as estratégias para mitigar as barreiras que dificultam a participação infantil, em especial, ao se tratar da experiência com Jayden, um jovem com dificuldades de aprendizagem e de comunicação. As narrativas e contribuições a partir dos relatos das crianças oferecem ao leitor lições valiosas para reflexão além de serem catalisadoras para ação. As perspectivas das crianças apreendidas a partir da revisão da literatura e da pesquisa, realizada pela autora, ampliam o escopo de descobertas relevantes e contribuem para a literatura internacional, ao demonstrar que a participação das crianças em ações voltadas para a sua proteção é limitada, e que elas se sentem impotentes a despeito dos esforços atuais para dirimir essas questões. Às crianças não são oferecidas informações adequadas e devem, por iniciativa própria, familiarizar-se sobre as CPSs. E ainda, as percepções e opiniões das crianças são levadas em consideração quando se coadunam com as visões dos adultos. Esses achados apresentam grande relevância ao demonstrar a desconexão entre retórica e prática e as falhas continuadas nas tentativas de responder à questão da participação que, pelo menos em tese, se baseiam em suas próprias experiências.

O desenvolvimento realizado por Duncan de uma tipologia original para a participação infantil em intervenções voltadas para a proteção de crianças tem como fundamento os relatos coletados por meio de revisão da literatura e da realização de entrevistas. A autora afirma que as experiências das crianças são múltiplas, refletem um amplo escopo de participação e variam com o tempo, ou seja, as experiências não podem ser apreendidas com apenas uma tipologia. Duncan argumenta que a tipologia foi "(...) construída unicamente com o objetivo de

caracterizar e simplificar a ampla gama de experiências únicas e individuais das crianças” (DUNCAN, 2019, p.117).

As limitações são identificadas como uma característica universal da tipologia e como resultante das ações dos adultos e compreendem dois tópicos centrais, isto é, o estágio de desenvolvimento da criança e as percepções dos adultos sobre a capacidade e a maturidade da criança. A tipologia abarca três formas de experiência apresentadas pelas crianças em suas ações de participação: 1) participação agradável (*congenial participation*) 2) participação cética (*scetic participation*) e 3) participação insatisfeita (*disaffected participation*). A primeira é caracterizada como uma relação de cooperação, na qual a participação é compatível com a agenda infantil. A segunda, participação cética, reflete a participação hesitante e sem engajamento como resultado de dúvidas, receios e incertezas. E por último, a participação insatisfeita inclui relações de oposição, desistência e desencantamento. Uma das contribuições relevantes de Duncan é a análise da tipologia em relação à agência de crianças e as condições estruturais. De particular importância, ela adverte que a conclusão de que a participação agradável apoia integralmente a agência da criança pode ser enganosa, pois é em muitos casos o resultado da conformidade da criança com as expectativas dos adultos acerca da infância.

E ainda, a tipologia é única, considerando que é específica para a participação de crianças em sistemas de proteção formais da infância, enquanto a literatura sobre o tema tende a se basear em modelos muito abrangentes de participação, ou seja, a Escada de Hart (1992), o Modelo de Lundy (2007) e o Modelo de Caminhos para a Participação de Shier (2001). No entanto, Cahill & Dadvand (2018) argumentam que muitos modelos de participação não incluem a contextualização sociocultural. Conseqüentemente, a tipologia de Duncan é enriquecedora ao incorporar essa ótica, além de possibilitar o aumento da relevância do livro ao ampliar o número de leitores fora do contexto do Reino Unido.

A abordagem de Duncan sobre a agência das crianças e as suas condições estruturantes, direciona o discurso para além de exclusivamente conhecer sobre a percepção e os desejos das crianças acerca de temáticas específicas, mas de forma a transformar as estruturas da CPSs. A autora identifica e analisa criticamente os discursos dominantes, em especial, ocidentais, capitalistas, individualistas e paternalistas, que constituem as condições estruturais, dificultando a participação infantil em intervenções voltadas para a sua proteção. Duncan argumenta que a ideologia paternalista e a estrutura da CPS requerem que a criança abandone os seus direitos à participação para obter a proteção do Estado. E ainda, considerando que a participação de crianças é normalmente contingenciada a visões de mundo alinhadas com a percepção dos adultos, as crianças que resistem e desafiam as ideologias e práticas dominantes encontram-se descontentes com a participação nas CPSs.

Duncan afirma que há uma tensão fundamental entre a participação infantil e os direitos à proteção, pois a proteção é função-chave das CPSs. A autora argumenta que as crianças são agentes racionais e competentes, no entanto, encontram-se destituídas de poder e impossibilitadas de transformar efetivamente os sistemas de proteção infantil. A sua participação é restrita em função de desequilíbrios de poder e status desiguais frente aos adultos, dificultando o acesso a recursos (i.e. à informação) além de prevenir a ação coletiva em consequência do isolamento de seus pares. A despeito dessas dinâmicas certamente impedirem a agência de crianças, tenho dúvidas sobre a perspectiva de que esses desequilíbrios de poder inviabilizam a transformação das CPSs pelas crianças. Independente das restrições estruturais, crianças ao redor do mundo vêm demonstrando que são capazes de ações sociais que questionam e resistem às ideologias dominantes que impactam as suas vidas. Por exemplo, no Canadá, um grupo de jovens e de ex-alunos beneficiários de políticas de bem-estar social constituiu uma organização

beneficente chamada *Youth in Care Canada*, com o objetivo de defender, pesquisar, formular políticas e treinar profissionais, visando assegurar que as opiniões e preocupações das crianças influenciem políticas de bem-estar social para oferecer e aprimorar os padrões e a qualidade da assistência social (NATIONAL YOUTH IN CARE NETWORK, 2019).

No entanto, apesar dos jovens serem capazes de transpor e de desafiar barreiras estruturais, conforme salientado por Duncan, é de vital importância que os adultos (como agentes detentores de poder) auxiliem os jovens no desafio de superar essas barreiras e reduzir os desequilíbrios de poder. A autora analisa profundamente o tópico referente ao poder e apresenta uma análise única acerca da colonização da proteção infantil pelo sistema estatal de bem-estar social capitalista. Nesse sentido, a análise da agência infantil oferece novas perspectivas acerca da participação de crianças em políticas de proteção, tendo em vista que o conceito de agência recebeu atenção desigual no discurso sobre participação, enfocando, sobretudo, nas percepções e vozes das crianças. E ainda, ao aprofundarmos o conhecimento sobre agência infantil, acerca das bases ideológicas que permeiam o sistema e as condições estruturais no âmbito das CPSs, estimula-se o reconhecimento por parte de acadêmicos e profissionais do seu papel essencial na atuação conjunta com crianças para engendrar processos de transformação. Conforme salientado por Duncan, “(..) os adultos devem assumir a causa das crianças, caso estejam realmente comprometidos em assessorar e possibilitar uma participação mais igualitária e genuína para as crianças” (DUNCAN, 2019, p.154).

Ao priorizar as perspectivas das crianças, Duncan contribui para o discurso acadêmico sobre participação infantil em esferas nas quais são geralmente excluídas. Há um número crescente de estudos e abordagens que apoiam o envolvimento das crianças no processo de pesquisa (GILLET-SWAN, 2018; GRAHAM, SIMMONS, & TRUSCOTT, 2017; LIEBENBERG et al., 2017; MARTINS, OLIVEIRA, & TENDAIS,

2018; MC VEIGH, 2017; TILLEY & TAYLOR, 2018). À exemplo de Mc Veigh (2017) que recomenda formas criativas para engajar os jovens, como publicar resultados de pesquisas em revistas direcionadas para o público infanto-juvenil. Considerando o tema do presente livro relacionado à participação, teria sido pertinente e relevante se a autora houvesse engajado os jovens diretamente no processo de revisão de pesquisas para informar as suas conclusões sobre a percepção dessas experiências, acerca do desenvolvimento da tipologia e das análises subsequentes (e.g. FOSTER-FISHMAN, LAW, LICHTY, & AOUN, 2010). Esse é o desafio para qualquer acadêmico, pesquisador ou profissional voltado para a temática da participação infantil (GROVER, 2004). Eu só posso vislumbrar sobre como as crianças interpretariam esses achados e poderiam ter contribuído para a análise, caso houvessem sido solicitadas a contribuir para o desenvolvimento da teoria.

Um outro ponto é o livro trata especificamente do estudo de caso do Reino Unido, embasado exclusivamente na literatura inglesa e nos relatos das crianças. Essa ênfase é importante, tendo em vista a diversidade de realidades formais e informais, em função do contexto e da localização geográfica em que ocorrem. Sendo assim, Duncan poderia ter salientado a vinculação do texto com o contexto do Reino Unido no título do livro.

O reconhecimento da participação efetiva de crianças em ações voltadas para a proteção infantil é de grande interesse para profissionais e acadêmicos ao redor do planeta. Nos últimos anos, vêm ocorrendo avanços significativos na legislação, nas políticas e no conteúdo das pesquisas sobre a participação de crianças. A despeito dessas transformações, as experiências de participação, conforme percebidas pelas crianças, ainda não atingiram o mesmo status, e continuam sendo caracterizadas pelas restrições impostas pelo adulto-centrismo. Consequentemente, o livro se caracteriza como uma ferramenta importante para assessorar profissionais no reconhecimento e percepção das ideologias subjacentes que impedem essa participação. A literatura sobre a

infância oferece importantes contribuições acerca das implicações geradas pelas ideologias dominantes, mas poucas enfatizaram na relação entre participação infantil e os sistemas de proteção à criança (CPS).

Por fim, o livro de Duncan contribui para a compreensão da agência das crianças no papel transformador das estruturas dos sistemas de proteção à infância, além dos papéis que devem ser desempenhados pelos adultos de maneira a viabilizar essa empreitada. Há uma demanda pelo desenvolvimento teórico que objetiva explicar como as estruturas podem ser transformadas para ampliar a participação infantil (FYLKESNES, TAYLOR, & IVERSEN, 2018). Apesar do enfoque específico do livro de Duncan sobre o estudo de caso do Reino Unido, a análise da tipologia sobre participação infantil em relação à agência de crianças e as condições estruturais das CPSs, oferece uma abordagem relevante e valiosa contribuição para o discurso internacional.

Referências

CAHILL, H., & DADVAND, B., Re-conceptualising youth participation: A framework to inform action. *Children and Youth Services Review*, 95, p.243-253, 2018.

CLAASEN, L.T., SPIES, G.M., The voice of the child: Experiences of children, in middle childhood, regarding children's court procedures. *Social Work (South Africa)*, 53(1), pp. 74-95, 2017.

CODY, C. 'We have personal experience to share, it makes it real': Young people's views on their role in sexual violence prevention efforts. *Children and Youth Services Review*, 79, p.221-227, 2017.

COLLINS, T. M., A child's right to participate: Implications for international child protection. *The International Journal of Human Rights*, 21(1), 14, 2017.

FOSTER-FISHMAN, P., LAW, K., LICHTY, L., & AOUN, C., Youth ReACT for social change: A method for youth participatory action research. *American Journal of Community Psychology*, 46(1-2), p.67-83, 2010.

FYLKESNES, M.K., TAYLOR, J., IVERSEN, A.C., Precarious participation: Exploring ethnic minority youth's narratives about out-of-home placement in Norway. *Children and Youth Services Review*, 88, pp. 341-347, 2018.

GILLET-SWAN, J.K., Children's analysis processes when analysing qualitative research data: a missing piece to the qualitative research puzzle. *Qualitative Research*, 18(3), pp. 290-306, 2018.

GOH, E.C.L., BARUCH, H., Young persons as epistemological agents in social work assessment and intervention. *Children and Youth Services Review*, 88, pp. 88-95, 2018.

GRAHAM, A., SIMMONS, C., TRUSCOTT, J., 'I'm more confident now, I was really quiet': exploring the potential benefits of child-led research. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 30(2), pp. 190-205, 2017.

GROVER, S., Why won't they listen to us? *Childhood*, 11(1), p.81-93, 2004.

HART, R. A., & UNICEF. International Child Development Centre, *Children's participation: From tokenism to citizenship* UNICEF International Child Development Centre, 1992.

HOLT, S., A voice or a choice? Children's views on participating in decisions about post-separation contact with domestically abusive fathers. *Journal of Social Welfare and Family Law*, 40(4), pp. 459-476, 2018.

JAMIESON, L., Children and young people's right to participate in residential care in South Africa. *International Journal of Human Rights*, 21(1), 89, 2017.

KRIŽ, K. AND ROUNDTREE-SWAIN, D., "We are merchandise on a conveyer belt": How young adults in the public child protection system perceive their participation in decisions about their care. *Children and Youth Services Review*, 78, pp. 32-40, 2017.

LIEBENBERG, L., SYLLIBOY, A., DAVIS-WARD, D., VINCENT, A., Meaningful Engagement of Indigenous Youth in PAR: The Role of Community Partnerships. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1), 2017.

LUNDY, L., 'Voice' is not Enough: Conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal*, 33 (6), p.927-942, 2007.

MARTINS, P.C., OLIVEIRA, V.H., TENDAIS, I., Research with children and young people on sensitive topics – The case of poverty and delinquency. *Childhood*, 25(4), pp. 458-472, 2018.

MCVEIGH, M. J., Are We There Yet? *Children Australia*, 42(3), p.159-175, 2017.

MCCAFFERTY, P., Implementing Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child in Child Protection Decision-Making: a Critical

Analysis of the Challenges and Opportunities for Social Work. *Child Care in Practice*, 23(4), pp. 327-341, 2017.

MUENCH, K., DIAZ, C., & WRIGHT, R., Children and Parent Participation in Child Protection Conferences: A Study in One English Local Authority. *Child Care in Practice*, 23(1), pp. 49-63, 2017.

NAKER, D., MANN, G. & RAJANI, R., The Gap between Rhetoric and Practice: Critical Perspectives on Children's Participation-Editors' Introduction. *Children Youth and Environments*, 17(3), p.99-103, 2007.

NATIONAL YOUTH, 2019 In Care Network, Our Story. Retrieved from <https://youthincare.ca>

SHIER, H., Pathways to participation: Openings, opportunities and obligations. *Children & Society*, 15(2), p.107-117, 2001.

TISDALL, E. & KAY M., Conceptualising children and young people's participation: Examining vulnerability, social accountability and co-production. *The International Journal of Human Rights*, 21(1), p.59-75, 2017.

TILLEY, S., & TAYLOR, L., Qualitative methods and respectful praxis: Researching with youth. *Qualitative Report*, 23(9),11, pp. 2184-2204, 2018.

VEIGH, Mc., Are We There Yet? *Children Australia*, 42(3), p.159-175, 2017.

Notas

- 1 Amanda Mayhew, mestre em Assistência à Infância e Juventude, é professora e assistente de pesquisa na Ryerson University, com mais de 10 anos de experiência em questões relacionadas à institucionalização da população infantil e juvenil ORCID nº <https://orcid.org/0000-0003-4736-5691>. E-mail: amanda.mayhew@ryerson.ca
- 2 Mariana Menezes Neumann é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRJ e assistente de pesquisa do CIESPI/PUC-Rio. Orcid nº 0000-0001-5123-2344. Email: marianamenezes25@yahoo.com.br
- 3 Sistemas de Proteção Infantil Britânico.